TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DE PESSOAS NÃO-BINÁRIES: REFLEXÕES TEÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA

INAÊ IABEL BARBOSA

Doutorande em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas

Email: inaeib@outlook.com

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

RESUMO:
Considerando os efeitos da cisnormatividade e do binarismo de gênero nos processos de construção identitária, bem como os altos índices de evasão escolar de pessoas trans no ensino básico, o baixo índice de pessoas trans no ensino superior e o papel das instituições educacionais no processo de produção e manutenção das normas de gênero, neste artigo, propõe-se a construção de uma agenda de pesquisa centrada na seguinte questão: que experiências sociais marca(ra)m as trajetórias educacionais de pessoas não-binárias? Na conjugação de debates sobre transidentidades e educação, desenvolve-se um exercício teórico-reflexivo que almeja justificar a importância de estudos sobre as especificidades das identidades não-binárias, com atenção especial às experiências educacionais de tais sujeitos..

PALAVRAS-CHAVE: não-binariedade; cisnormatividade; trajetórias; educação; agenda de pesquisa.

ABSTRACT:
Considering the effects of cisnormativity and gender binarism in identity construction processes, as well as the high dropout rates of trans people in basic education, the low rate of trans people in higher education and the role of educational institutions in the production process and maintenance of gender norms, this article proposes the construction of a research agenda centered on the following question: what social experiences mark(s)m the educational trajectories of non-binary people? In the combination of debates on transidentities and education, a theoretical-reflective exercise is developed to justify the importance of studies on the specificities of non-binary identities, with special attention to the educational experiences of such subjects.

KEYWORDS: non-binarity; cisnormativity; trajectories; education; research agenda.

INTRODUÇÃO

As identidades sexuais e de gênero tornam-se "legítimas" ou "inteligíveis" por meio de uma matriz cultural que exige a resignação às seguintes regras: o gênero deve decorrer do sexo e as práticas do desejo devem decorrer do gênero (BUTLER, 2015). Com isso, "[...] certos tipos de 'identidade de gênero' parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural" (ibidem, p. 44). Entretanto, na certeza de que "lá onde há poder há resistência [...]" (FOUCAULT, 1988: 91), a persistência e a proliferação dessas identidades não-normativas - concebidas enquanto "deslegitimas", "ininteligíveis", "anormais" e "patológicas" – oportunizam que os limites e os objetivos dessa matriz cultural sejam criticamente expostos. (BUTLER, 2015)

O universo das transidentidades não-binários[1] abarca algumas dessas identidades que produzem certa "[...] desorganização das regras que governam sexo/gênero/desejo" (BUTLER, 2015: 54). De forma bastante particular, pessoas trans não-binários desafiam não só a cisgeneridade (coerência e continuidade entre sexo e gênero) mas também um outro pilar dessa matriz cultural que regula a produção identitária: a "[...]

1 Transidentidades não-binários são identidades de gênero que se articulam para além do binarismo de gênero (menino-homem/menina-mulher). Pessoas não-binários podem se identificar como: bigêneras (pessoas que possuem dois gêneros, não necessariamente homem e/ou mulher); agêneras (pessoas sem gênero); gênero-fluidas (pessoas que experimentam a fluidez entre diferentes gêneros); andrógenas (pessoas que se identificam com uma mescla dos gêneros feminino e masculino); entre outras. Diferentemente de outras pessoas que teorizam a respeito desse universo de identidades, opto por utilizar sempre "não-binariE(s)" como uma aposta político-discursiva na não flexão dessa palavra no masculino ou feminino em nenhum momento.

estrutura reificada do binário disjuntivo e assimétrico do masculino/feminino [...]" (ibidem: 67). Neste contexto, pessoas não-binárias passam por diversos processos violentos de apagamento, invisibilização, marginalização e exclusão (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018).

Considerando, então, que esses processos violentos acontecem por meio de mecanismos específicos no contexto educacional; que as dinâmica de apagamento, invisibilização, marginalização e exclusão estão fortemente naturalizadas na escola e na universidade (SILVA; VAZ, 2019); e que o "sucesso escolar" é objetivamente menos provável entre pessoas pertencentes a grupos socialmente marginalizados (OLIVEIRA; SILVA, 2017), destaca-se a importância da conjugação dos debates sobre transidentidades com questões relativas aos espaços escolar e universitário. Para tanto, as trajetórias e experiências educacionais de pessoas as representações e as narrativas de pessoas trans[2] sobre suas experiências nesses espaços adquirem enorme relevância. (ibidem)

Isto posto, e a partir da constatação de que a academia pouco sabe sobre as especificidades das identidades não-binárias (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018), o presente artigo consiste em um exercício teórico-reflexivo que pretende colaborar com a construção de uma agenda de pesquisa sobre a grande temática da não-binariedade de gênero em espaços escolares e universitários. Mais especificamente sobre experiências sociais que marca(ra)m as trajetórias educacionais[3] de pessoas não-binárias.

CISGENERIDADE, NÃO-BINARIEDADE E EDUCAÇÃO

2 O termo "trans" é utilizado para referir-se a todas transidentidades (travestis, transexuais e transgêneros). Ou seja, é um termo guarda-chuva para todas as categorias identitárias que não se resignam a cisgeneridade (coerência e continuidade entre sexo e gênero). (SILVA; VAZ, 2019)

3 Uso o termo "trajetórias educacionais" ou "trajetórias no sistema educativo" ao longo de todo texto para designar a "série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente [...] num espaço" (BOURDIEU, 1996: 189, grifos do autor), neste caso, em instituições educacionais.

Como bem sintetizam Silva e Vaz (2019), a cisgeneridade (a condição de coerência e continuidade entre sexo e gênero) opera como norma social e estabelece um sistema hierárquico entre os corpos - conforme sua resignação, ou não, a essa determinação biologicista da identidade de gênero. Dessa forma, "os corpos correspondentes a essa norma são considerados legítimos dentro das mais diversas esferas da vida social e aqueles que não correspondem a essa marcação têm suas experiências deslegitimadas" (ibidem: 210).

Essa deslegitimação ocorre por meio de múltiplos processos violentos de marginalização e exclusão de pessoas trans na sociedade. Consequentemente, em uma sociedade cisnormativa, pessoas trans encontram diversas barreiras "por não se terem resignado a um corpo no qual não se sentem confortáveis e em que não se reconhecem como sujeitos" (SILVA; VAZ, 2019: 210).

Conforme Silva e Vaz (2019), certas estatísticas nacionais registram algumas das consequências dessa hierarquização dos corpos e desses processos violentos para com pessoa que escapam à cisnormatividade: o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (segundo pesquisa realizada pela Transgender Europe em 2016); e a expectativa de vida de pessoas brasileiras cisgêneras é de aproximadamente 70 anos, enquanto a de pessoas trans corresponde a metade disso no país.

Neste cenário, as estatísticas relacionadas à educação formal também registram consequências da cisnormatividade: o ensino médio opera, em geral, como um gargalo nas trajetórias educacionais de pessoas trans. "[...] Entre outros motivos, porque com frequência coincide com o período de transição de gênero" (SILVA; VAZ, 2019: 211), intensificando o processo de evasão-expulsão nessa etapa da educação básica: 82% das pessoas trans estudantes evadem do sistema educacional antes de terminar o ensino médio. Já o ensino superior, por sua vez, é uma exceção para essas pessoas: apenas 0,2%

da população trans brasileira está nas universidades. (SILVA; VAZ, 2019).

Nesse sentido, como afirmam Silva e Vaz (2019, p. 214), "escola e universidade são espaços em que essa dinâmica [de deslegitimação das transidentidades] está fortemente naturalizada". Portanto, "quando olhamos para os altos índices de evasão/expulsão escolar de pessoas trans no ensino básico [e para o baixo índice de pessoas trans no ensino superior], fica claro como a cisgeneridade funciona como marcador para um desfecho bem-sucedido nos percursos escolares", de forma que "[...] a formação escolar ainda é para as pessoas trans um dos principais obstáculos para o alcance da cidadania" (ibidem: 211).

Os altos índices de evasão escolar de pessoas trans no ensino básico e o baixo índice de pessoas trans no ensino superior são um elemento central da problemática desse artigo.

Segundo Oliveira e Silva (2017), a literatura que se dedica às interfaces entre gênero, sexualidade e educação tem debatido com frequência a relação entre desempenho escolar e violências motivadas por questões de gênero e sexualidade (para ir além da compreensão de "sucesso" e "fracasso" escolar enquanto resultados da origem social das pessoas, em termos de classe social, num sentido estritamente econômico[4]). Isso aponta para a potência da conjugação dos debates sobre transidentidades com questões relativas aos espaços escolar e universitário, bem como para a importância das representações e narrativas de pessoas trans sobre esses espaços.

Como evidencia Vergueiro (2015), um dos pilares da cisgeneridade é a binariedade. Deste modo, os elementos constituintes da subjetividade das pessoas são sistematicamente pensados a partir de categorias

4 Ampliar a discussão sobre desempenho escolar, considerando fatores outros que não apenas o econômico (como gênero e sexualidade), não significa, em hipótese alguma, desconsiderar a relevância de questões relativas à origem ou classe social quando se analisa casos de "sucesso" ou "fracasso" escolar. Pelo contrário: trata-se de ampliar o leque de fenômenos sociais que podem explicar tal sucesso ou fracasso

binárias por oposição como, no que diz respeito a identidades sexuais e de gênero: macho/fêmea, homem/mulher, heterossexual/homossexual e correlativas. Assim sendo, o binarismo de gênero acaba por articular "uma modelagem dos corpos, das identidades e da relação que estabelecemos com o mundo para poder habitá-lo 'normalmente'" e, por conseguinte, resulta que "não há categorias disponíveis, referências, papéis, nem lugar na gramática para se nomear ou se pensar para além do feminino ou masculino" (LÓPEZ, GOMEZ; PLATERO, 2018: 124, tradução minha).

Esses fatos nos levam a um segundo elemento central da problemática desse artigo: a não-binariedade de gênero. Como bem elucidam López Goméz e Platero (2018: 124, tradução minha):

> Para quem a lógica de 'um ou outro' não serve, nomear-se como pessoa 'não-binária' implica a negação do disponível. Uma pessoa não-binária é uma pessoa trans* que transita a outro lugar que se está construindo e que para muitas pessoas é ininteligível. Ser uma pessoa não-binária implica não se identificar plena e satisfatoriamente, de forma consistente e estável no tempo, com nenhuma das categorias disponíveis, nem com as expectativas sociais relacionadas a cada uma delas. É um termo amplo ou guarda-chuva que integra muita diversidade de sensibilidades.

Ainda segundo López Gómez e Platero (2018), pessoas que rompem com o binarismo de gênero sempre existiram ao longo da história e em diferentes culturas, mesmo que as sociedades contemporâneas, em geral, não reconheçam a existência, a identidade e o espaço cultural de pessoas autodenominadas não-binárias. Trata-se de um apagamento histórico, que acaba por converter a não-binariedade em uma "novidade".

Desta forma,

> Pode-se entender a emergência atual das identidades não-

> binárias como resultado da experiência dos movimentos e lutas identitárias dos anos 1990 e 2000 que, ao buscar "normalizar" as identidades LGBT, fracassaram em questionar normas sociais como o binarismo [...]. (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018: 124).

Legalmente falando, pessoas não-binárias não existem, "já que, em qualquer relação jurídica, todas as pessoas serão consideradas homem ou mulher" (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018: 115, tradução minha), o que leva pessoas não-binárias a ressaltarem a "falta de protocolos jurídicos, sociais e médicos para a integração de pessoas não-binárias, que existem para pessoas trans* binárias" (ibidem: 123).

No Brasil, especificamente, desde 2018 - ainda que com alto custo financeiro - pessoas trans podem retificar seu nome civil e/ou seu gênero em qualquer cartório no território nacional[5]. Tal medida, ainda que importante para pessoas trans não-binárias (quando é de seu desejo a retificação do nome), acaba por não dar conta das especificidades da não-binariedade, visto que apenas os gêneros "feminino" e "masculino" são reconhecidos no país: não há uma terceira opção assegurada para pessoas que não se identificam com nenhuma das duas disponíveis[6].

Em sua pesquisa, López Gómez e Platero (2018) verificaram que com frequência pessoas não-binárias relatam "o estresse associado a segregação sexual e binária de espaços e atividades, especialmente nos centros escolares" (ibidem: 120, tradução minha), enfatizam "o sofrimento provocado pela segregação de gênero na escola, e afirmam que os critérios dessa segregação das atividades nem sempre

5 Leia mais em: "Retificação do nome para pessoas trans está mais fácil, mas continua cara", ponte jornalismo, disponível em: https://ponte.org/retificacao-do-nome-para-pessoas-trans-esta-mais-facil-mas-continua-cara/. Acesso em: 25/05/2023.

6 Leia mais em: Os brasileiros não-binários que lutam pelo reconhecimento do gênero neutro: 'Não me considero homem, nem mulher', G1, disponível em: https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/03/26/os-brasileiros-nao-binarios-que-lutam-pelo-reconhecimento-do-genero-neutro-nao-me-considero-homem-nem-mulher.ghtml. Acesso em: 25/05/2023.

coincidem com suas preferências e suas habilidades" (ibidem: 123).

Questões relacionadas à segregação de gênero nas escolas constituem um terceiro elemento central da problemática desse artigo.

Em outra ocasião (IABEL BARBOSA, 2019), fiz um exercício reflexivo a respeito das relações existentes entre as temáticas gênero e sexualidade e o sistema educacional no Brasil. Por meio desse estudo, pude observar que a escola "não só reflete certas relações de poder e hierarquias relacionadas a concepções sociais de gênero e sexualidade (que produzem discriminações e violências), como também as constitui" (IABEL BARBOSA, 2019: 25).

A segregação de gênero na escola (como chamam López Gómez e Platero, que nada mais é que a produção e a manutenção de diferenças binárias e cisgêneras de gênero entre estudantes), acontece a partir de diferentes mecanismos, muitas vezes discretos (LOURO, 2014). A linguagem é um exemplo desses mecanismos: tratada geralmente como "espontânea" ou "orgânica", na prática ela

> [...] institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e os gêneros (do mesmo modo como utiliza esses mecanismos em relação às raças, etnias, classes, sexualidades etc.). (LOURO, 2014: 71)

Em convergência a essa problematização da linguagem, um dos debates mais frequentes, no que diz respeito a não-binariedade de gênero, é o uso de expressões que evitem a generificação para se referir às pessoas. Ou seja, evitar o uso de expressões que delimitam o gênero das pessoas de antemão por meio do uso de artigos femininos ou masculinos (exemplo dessa prática é a escolha de atribuir a alguém o adjetivo "inteligente" no

lugar de "esperto" ou "esperta"). Em línguas espanholas, e no português brasileiro da mesma forma, o uso da letra "e", no lugar dos artigo "o" e "a", também tem sido uma prática recorrente na intenção de "neutralizar" palavras generificadas (como "linde", em vez de "linda" ou "lindo"). (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018)

Além da linguagem, outros exemplos desses mecanismos de produção e manutenção de diferenças de gênero entre estudantes são os uniformes escolares e o modo como as disciplinas escolares são organizadas. E, como coloca Louro (2014), as aulas de Educação Física talvez manifestem esse processo de forma mais explicita: a afirmação de diferenças de habilidades físicas entre os sexos, a compreensão do esporte enquanto símbolo da masculinidade, a diferenciação de atividades e vestimentas adequadas para meninos e meninas, entre outras práticas, são estratégias de demarcação do que cada estudante pode ou não fazer, tendo o gênero atribuído ao nascer (que é determinado a partir do sexo do corpo) como ponto de partida.

Como puderam observar López Gómez e Platero (2018), para algumas pessoas não-binárias, os primeiros sentimentos de desconformidade com o binarismo de gênero estão ligados à dificuldade de se identificar plenamente com as roupas, os penteados, as atividades e os jogos mais "pertinentes" para cada um dos dois gêneros "legítimos", percebendo-se em um "entre" ou em um "não lugar".

Considerando, então, os efeitos da cisnormatividade e do binarismo de gênero nos processos de construção identitária, os altos índices de evasão escolar de pessoas trans no ensino básico, o baixo índice de pessoas trans no ensino superior, e o papel das instituições educacionais no processo de produção e manutenção das normas de gênero, sugiro que a seguinte pergunta é digna da construção de uma agenda de pesquisa: que experiências sociais marca(ra)m as trajetórias educacionais de pessoas não-binárias?

De forma mais específica, acredito que seja pertinente nos perguntarmos, refletindo sobre as experiências dessas pessoas desde a educação básica: de que forma a escola reforça (ou não) o binarismo de gênero, desde a perspectiva dessas pessoas? Essas pessoas se identificavam com certos mecanismos de produção e manutenção das diferenças de gênero na escola? Ou esses mecanismos produziram algum efeito de segregação e marginalização dessas pessoas na escola? Se não se identificavam e/ou sentiram-se segregadas e marginalizadas, quais eram as estratégias dessas pessoas de resistência a tais mecanismos?

Considerando também seus processos de autoidentificação enquanto pessoas não-binárias, talvez valha a pena nos perguntarmos se, na perspectiva dessas pessoas, a escola e/ou a universidade tiveram influência (positiva ou negativa) nesse processo? Se sim, de que forma?

Atentando ainda para as experiências de pessoas não-binárias que eventualmente ingressaram no ensino superior, podemos questionar: existem limites institucionais na universidade para o reconhecimento das identidades não-binárias, na perspectiva dessas pessoas? Se observados certos limites por elas, quais são suas estratégias de permanência no espaço universitário? E mesmo que existam limites, essas pessoas conhecem iniciativas institucionais na universidade que tenham por objetivo o reconhecimento das identidades não-binárias?

A pertinência da construção dessa agenda de pesquisa está no fato de que, embora debates sobre transidentidades tenham crescido em diversos espaços sociais e mesmo que haja um aumento de conquistas políticas por parte do movimento trans, ainda "pouco se problematiza de que maneira se materializam essas vivências efetivamente" (OLIVEIRA; SILVA, 2017: 12); especialmente de pessoas trans não-binárias, permito-me acrescentar à observação dos autores.

Em convergência com tal fato, López Gómez e Platero (2018) indicam que são poucos e incipientes os estudos que se dedicam às especificidades das experiências sociais de pessoas não-binárias – e, mais ainda, estudos que o façam a partir de uma perspectiva interseccional. Com bastante frequência as transidentidades não-binárias não são contempladas por pesquisas que se dedicam à grande temática das identidades não-normativas e, mesmo que poucas vezes incluídas em reflexões mais amplas, quase nenhuma pesquisa se dedica exclusivamente às experiências de pessoas não-binárias. Ou seja, a academia pouco sabe sobre a não-binariedade – e o que sabe se refere, principalmente, ao contexto do norte global, a partir de pesquisas bastante recentes. (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018)

Portanto, apesar de certos (e poucos) avanços conquistados pelo movimento trans, para grande parte da sociedade (principalmente para aquela mais distante dos debates sobre questões de gênero e sexualidade, mas não só) pessoas não-binárias não existem e/ou suas experiências não importam. Essa impossibilidade sociocultural de reconhecer identidades de gênero que extrapolam o modelo hegemônico de inteligibilidade (que é binário, por excelência) acaba por colocar pessoas não-binárias em estado de vulnerabilidade social. (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018)

Destaca-se, assim, a importância de pensarmos, na academia, sobre não-binariedade de gênero, de forma mais abrangente, e, de forma mais específica, sobre os processos de entrada, permanência e evasão de pessoas não-binárias na escola e na universidade, bem como sobre os mecanismos sociais de produção de subjetividade que atravessam seus corpos e experiências nesses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor a construção de uma agenda de pesquisa sobre as trajetórias e

as experiências educacionais de pessoas não-binárias, da educação básica ao ensino superior, espera-se que possamos compreender um pouco mais sobre os processos de inserção, permanência e evasão dessas pessoas nas escolas e nas universidades; sobre os mecanismos de manutenção do e de resistência ao binarismo de gênero nos contextos escolar e universitário; sobre os modos pelos quais escola e universidade atravessam os processos de construção de identidades não-binárias; e sobre possíveis intersecções entre desempenho escolar e questões de gênero, em intersecção com questões raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais, geracionais e relativas às deficiências.

Com isso, espera-se que seja possível evidenciar processos "por vezes violentos[7] e contraditórios que envolvem a inserção [a permanência e a evsaão] de pessoas trans* [não-binárias nas escolas e] nas universidades" (OLIVEIRA; SILVA, 2017: 14). Processos esses que, de alguma forma, marca(ra)m suas experiências na educação básica ou no ensino superior.

De forma mais sutil e abrangente, espera-se que as pesquisas realizadas a partir dessa agenda possam contribuir com o esforço de "colocar as identidades trans não-binárias no mapa do possível, sabendo de que se trata de um termo guarda-chuva que pode abranger uma grande diversidade e que se conecta com experiências que possuem uma história própria" (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO: 113, tradução minha).

Além disso, considerando que "lá onde há poder há resistência [...]" (FOUCAULT, 1988: 91), espera-se que seja possível evidenciar também estratégias de algumas dessas pessoas para resistir à dinâmica tão naturalizada no contexto educacional de marginalização e exclusão de pessoas trans* e, assim, permanecer e ter certo êxito no sistema educativo, contrariando estatísticas. Considerando que tais estatísticas demonstram que as trajetórias de pessoas trans*, em geral, são majoritariamente marcadas pela evasão

7 Importante ressaltar que, em consenso com Oliveira e Silva (2017: 16), "violência está sendo pensada aqui não apenas em termos físicos, como também simbólico".

escolar (OLIVEIRA; SILVA, 2017), visibilizar as trajetórias educacionais de pessoas trans não-binárias que tiveram certo "sucesso escolar"

> tende a possibilitar o empoderamento de novos caminhos e vivências. Novos sujeitos emergem e se fortalecem a partir das narrativas. A potência de identificação criada nas narrativas torna-se relevante no que tange a construção de uma identidade coletiva que vai ganhando cor, voz e espaço nos contextos sociais (OLIVEIRA; SILVA, 2017: 15).

Ou seja, espera-se que as narrativas de pessoas não-binárias sobre suas trajetórias de certo "sucesso escolar" (educação básica concluída, estudantes do ensino superior ou superior completo) possam se tornar "referências a novas trajetórias emergentes": "[...] uma positivação das experiências trans* [...]" (OLIVEIRA; SILVA, 2017: 29), não-binárias, sobretudo.

REFERÊNCIAS

Bourdieu, Pierre. "A ilusão biográfica". In: MORAES FERREIRA, Marieta de; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191, 1996.

Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8ª ed. tradução de R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Foucault, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber.* 13ª ed. tradução de M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

Iabel Barbosa, Inaê. *Gênero e sexualidade no ensino de Sociologia: uma alternativa pedagógica*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.

López Gómez, Isabel; Platero, Lucas. ¡Faltan palabras! Las personas trans* no binarias en el Estado español. *ex æquo*, n.º 38, p. 111-127, 2018.

Louro, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

Oliveira, Amurabi; Silva, Keo. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. *Revista Educação e Emancipação*, v. 10, n. 4, p. 11-31, 2017.

Silva, Keo; Vaz, Alexandre Fernandez. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). *Crítica Cultural – Critic,* v. 14, n. 2, p. 209-221, 2019.

Vergueiro, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes*: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.